



penelope bacchus

Promoting Energy efficiency to Local Organisations
through dissemination Partnerships in Europe
Best Actions for Collaboration in Countries
for a High efficient Use of energy in Structural funds

- [Print](#) - [Close](#) -

Modelo de regulamento municipal para sistemas solares - **Catalunha - Spain**

Instrumento legislativo para a integração de sistemas de colectores solares ao nível municipal, concebido pela la Xarxa de Ciutats i Pobles Cap a Sostenibilitat e disseminado por todas as câmaras municipais incluídas, para informação relativamente aos termos e possibilidades da sua implementação.

Grupos Alvo	Sector	Domínio
- Autoridades Locais / Municípios - Autoridades Regionais	- Abastecimento / Fornecimento de Energia - Edifícios (incluindo edifícios municipais)	- Energias Renováveis

ANÁLISE

CONTEXTO

A Xarxa de Ciutats i Pobles Cap a Sostenibilitat (rede de cidades e vilas para sustentabilidade) é uma associação de organismos locais da Catalunha, actualmente com 190 membros, com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável a nível local. Foi criada em 1997 com o apoio da Diputacion de Barcelona, com vista a juntar os recursos e esforços municipais, de forma a conseguir os objectivos gerais de sustentabilidade. A Xarxa tem vários grupos de trabalho dos quais um “o grupo do fluxo metabólico” foca três questões: energia, resíduos e água. Neste contexto, o tema “Energia” centra-se essencialmente em aspectos sobre energias renováveis e eficiência energética. No âmbito destas áreas de intervenção, Xarxa, tendo concebido um precedente de um regulamento para a integração de sistemas solares em Barcelona, decidiu preparar um modelo semelhante de maior aplicação.

A experiência com o Regulamento Solar em Barcelona, uma iniciativa inovadora implementada em 1999, foi largamente disseminada e utilizada, representando uma ferramenta efectiva e proactiva para promover a aplicação desta tecnologia subaproveitada num clima tão favorável como o da Catalunha.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O “Regulamento Solar” acima mencionado é uma simples publicação que foi preparada para distribuição às autoridades municipais incluídas na “La Xarxa”, por forma a informar da possibilidade de aprovação de um regulamento para instalação de painéis solares em novos edifícios, com no mínimo 5 residências. É deste modo um modelo proposto que necessita de ser discutido, aprovado e aplicado pelas autoridades locais antes da sua implementação. Foi largamente baseado no exemplo de Barcelona e é bastante pormenorizado no que diz respeito à definição de utilizações, termos e áreas de intervenção. Ao mesmo tempo, deixa espaço a alguma flexibilidade e adaptação para as necessidades específicas de cada uma das autoridades locais. Isto significa que alguns municípios já aprovaram e fizeram-no obrigatório, outros aprovaram-no numa base voluntária e outros estão ainda a estudar as possibilidades de o implementar num futuro próximo.

Esta iniciativa teve início no final de 2001 e o número de organismos que já implementou não está ainda disponível. No entanto, várias câmaras municipais manifestaram interesse e estão actualmente a empenhar-se na sua implementação.

CUSTOS E BENEFÍCIOS

AVALIAÇÃO EM TERMOS DE CUSTOS E BENEFÍCIOS

A opção se o Regulamento Solar é obrigatório ou voluntário é da responsabilidade de cada município, e os custos e benefícios do modelo de regulamento de sistemas de colectores solares podem variar por esta razão e outros factores. Nas cidades em que o regulamento é obrigatório, a instalação de colectores solares nos telhados de novas construções não influencia o custo final. Este é o caso de locais com pouco espaço para construção, em que consequentemente o factor mais relevante no preço de um novo edifício serão preço do m² e não o custo dos colectores solares.

Nas cidades envolvidas, a sensibilização e colaboração dos cidadãos representou um papel importante no sucesso da implementação do regulamento.

Em outros municípios em que o regulamento é voluntário, a monitorização inicial demonstrou que aproximadamente 1% das licenças de construção emitidas incluíam, os sistemas solares no projecto de execução.

Encontra-se ainda em curso o debate sobre se os municípios deverão fazer o regulamento obrigatório ou voluntário e se a assembleia municipal deve fazer obrigatório a utilização de energias renováveis ou se o mercado o deve decidir. No caso da Xarxa a escolha é feita pelos representantes eleitos das cidades que juntamente com os cidadãos, podem escolher a forma de proceder em relação ao desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o fornecimento de informação e a promoção de uma campanha efectiva de sensibilização são factores chave para implementação do regulamento com sucesso.

Por outro lado, quando os municípios optam por um regulamento voluntário, a escolha fica à responsabilidade dos construtores e são os residentes que decidem quando é feita a instalação deste tipo de tecnologia a partir de ferramentas de mercado.

Em ambos os casos, o regulamento, obrigatório ou voluntário, representa um passo definitivo para a sustentabilidade e a sua aplicação tem sido um sucesso.

PARCEIROS / PARCERIAS

PRINCIPAIS INTERVENIENTES, ESTRUTURAS E REDES DE COMUNICAÇÃO

Os principais intervenientes são o grupo de trabalho “Fluxo Metabolico” e 190 câmaras municipais incluídas na Xarxa.

O grupo de trabalho “Fluxo Metabolico” promoveu a implementação do seu regulamento entre 190 câmaras municipais incluídas na Xarxa. Anteriormente ao projecto modelo de regulamento tiveram lugar uma série de reuniões. Finalmente, na reunião geral da Xarxa, o modelo foi apresentado e subseqüentemente enviado a todas as câmaras municipais membros.

Esta iniciativa foi na sua globalidade suportada por uma forte rede de informação e comunicação entre os municípios participantes: a Xarxa foi aliás constituída para reforçar esta comunicação e o efeito multiplicador de iniciativas implementadas na rede.

Neste caso particular, uma unidade de coordenação central preparou o regulamento e distribuiu a todos os municípios envolvidos. Posteriormente, toda a informação foi centralizada e foram feitas questões e sugestões por parte dos municípios, desejando saber mais detalhes.

Esta situação permitiu uma troca de conhecimentos e experiência entre todos os intervenientes nesta área específica, representando uma ferramenta chave para sua implementação.

RECOMENDAÇÕES

Um dos elementos chave do projecto, e algo que pode ser tido como exemplo positivo para outros esquemas, foi a relevância do modelo de regulamento proposto que, mediante a sua aplicação permitiu ultrapassar progressivamente muitas das barreiras existentes para a implementação de tecnologias de solar térmico.

O impacto positivo de ver os resultados da aplicação do regulamento em municípios vizinhos, juntamente com o destaque que a aplicação do regulamento dá aos grupos políticos aos olhos dos seus eleitores, permitiu uma progressiva disseminação e interesse em saber mais sobre o regulamento.

Por outro lado, outro factor importante, foi a proximidade de Barcelona, a principal cidade da região, que representou um exemplo positivo da implementação de uma medida deste tipo, suscitando o interesse de outros municípios mais pequenos em replicá-la.

Esta situação foi realçada pela atenção dada à participação dos cidadãos no envolvimento em todo o processo de escolha por um regulamento obrigatório ou voluntário. Em ambos os casos os resultados iniciais são muito positivos encorajando a replicação de iniciativas semelhantes.

PARA MAIS INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO ÚTIL

List of Publications

**MODEL MUNICIPAL ORDINANCE Municipality /
REGULATING THE
INSTALLATION OF SOLAR
COLLECTOR SYSTEMS /**

Municipality /

Spanish / 1997

ESTE CASO FOI ELABORADO POR

Organisation : **IDAE** E-mail : iblanco@idae.es Internet : <http://www.idae.es> Published : **19/11/2002**

[back to top](#) ▲

Penelope Project Good Practice Database

© Energie-Cités 2001 - 2002 / [Webmaster](#)

